



Serra (E) descarta a possibilidade de explosão inflacionária; Mercadante (D) só vê solução para crise com a saída de Collor

Crise demora e ameaça aprofundar a recessão, alertam economistas

ELAINE PONCHIO

DA AJC

Desemprego, queda nas bolsas, alta da inflação, do ouro e do dólar. Esses indicadores econômicos, tão suscetíveis às oscilações políticas, nos últimos meses foram o termômetro do desfecho que a CPI do PC poderia ter. Até quando vai durar a crise política em função do processo de impeachment do presidente Collor? A resposta, longe de poder ser respondida com precisão, já está pronta na boca dos economistas: o País precisa voltar à normalidade o mais rápido possível, sob pena de vê-lo mergulhar numa recessão ainda mais profunda. Enquanto o presidente Collor se debate para permanecer no cargo, a economia está em suspense, à espera da estabilidade política.

Sem querer arriscar investimentos numa economia incerta que sofre os reflexos de um governo sem credibilidade e praticamente sem apoio parlamentar, os empresários correm para o mercado financeiro, suspendendo os investimentos. E engrossando o coro de políticos, estudantes e trabalhadores, eles pedem a saída do Presidente e a retomada do crescimento econômico sem suspeitas de novos choques.

“Os reflexos da crise política na economia foram imediatos”, garante o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), economista que

acredita que o início para a solução dos problemas econômicos começa pela ética política. Para ele, sem revolver a crise ética, não se resolve a crise econômica, e o processo todo tem início na saída do presidente Collor. Na sua opinião, não há clima de apoio no Congresso para se aprovar a reforma fiscal. Esse projeto, segundo Mercadante, é fundamental para a economia brasileira e já teria que estar sendo discutido na Casa. “A teimosia do Presidente em permanecer no cargo paraou o País. Não se fará nada enquanto o desfecho do processo de impeachment não for conhecido, arremata o deputado.

O tucano José Serra, sempre lembrado para ser ministro da Economia, acha que a crise intensifica o nervosismo do mercado financeiro, mas descarta a possibilidade de uma explosão inflacionária. O nível de atividade de todos os setores, explica Serra, conseguiu se manter em um patamar que impede que a inflação ultrapasse a casa dos 30%. “Com surpresa, vemos que os agentes econômicos de curto prazo estão tendo um comportamento equilibrado, e para a manutenção desse equilíbrio a permanência do ministro Marcílio Marques Moreira é fundamental”, analisa José Serra.

Menos alarmado com os efeitos da crise política na economia, o deputado Delfim Netto entende que a economia brasileira, assim como as instituições, está dando um claro

exemplo de maturidade, ao conseguir absorvê-la sem traumas. Ele reconhece que a inflação está em nível ascendente mas não credita essa alta somente à crise política. “A inflação já estava subindo antes da crise. Há uma desorganização muito grande no Executivo para tocar a política econômica. A queda na arrecadação é um reflexo disso”, diz o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. Para Delfim Netto, não é a permanência ou a saída do ministro da Economia que fará agravar as dificuldades econômicas.

Dívidas — A redução dos investimentos e das atividades empresariais em função da crise política não é privilégio apenas da iniciativa privada. A paralisação começa dentro do próprio governo. Sem credibilidade para aprovar seus projetos no Congresso, o governo vê encalhados projetos que poderiam mudar os rumos da economia, como a reforma fiscal. Após divulgar, há oito meses, as regras para a renegociação das dívidas de estados e municípios, até hoje nenhum acordo foi fechado com o governo federal. As reuniões periódicas das 40 câmaras setoriais, que reúnem governo, empresários e trabalhadores de várias atividades, também foram suspensas. Assessores do Ministério da Economia já admitem que a equipe não consegue mais levar adiante nenhum projeto enquanto não se re-

solver a crise política.

Nesse momento, o Ministério da Economia também começa a sentir dificuldades para manter o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a renegociação da dívida externa brasileira. Os cortes adicionais no orçamento de 1992, previstos para o quarto trimestre e que garantiriam as metas acertadas com o Fundo, estão engavetados. Já o orçamento geral para 93 é o retrato fiel da penúria financeira da União. A proposta orçamentária limita os investimentos públicos em menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação a este ano, os ministérios perderam 75% dos recursos ou US\$ 4 bilhões.

Dentro do governo, o próprio secretário nacional de Política Econômica, Roberto Macedo, admitiu que enquanto persistir a crise política, a equipe econômica pouco pode fazer para baixar os índices inflacionários. Para este mês, o Ministério da Economia trabalha com uma expectativa de inflação acima de 25%. Macedo também reclama da paralisação dos projetos do governo no Congresso, tendo à frente a reforma fiscal. “Não há clima para negociações entre oposições e os governistas”, avalia o secretário. As especulações de preços tomaram conta do mercado, e Roberto Macedo explica que a Secretaria vem encontrando dificuldades em fazer previsões que durem mais de 15 dias.